

## **COMO CITAR ESTE TEXTO:**

### **Formato ISO**

NASCIMENTO, Alexandre do. **2005 é o ano da igualdade racial?** Rio de Janeiro: Revista Global, Número 5, 2005.

### **Formato Documento Eletrônico (ISO)**

NASCIMENTO, Alexandre do. **2005 é o ano da igualdade racial?** [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

## **2005 é o ano da igualdade racial?**

*Medidas concretas, como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de um fundo para ações afirmativas, deveriam ser priorizadas pelo governo federal no Ano da Promoção da Igualdade Racial*

### **Alexandre do Nascimento**

O governo federal declarou 2005 como o Ano da Promoção da Igualdade Racial. Fato ao mesmo tempo importante e preocupante. Importante porque é muito recente o reconhecimento do Estado brasileiro de que o racismo é produtor de desigualdades sociais e que medidas concretas devem ser tomadas para a promoção da igualdade racial. Preocupante porque desde a criação de um órgão responsável pela formulação de políticas de combate ao racismo – a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) – pouco se avançou concretamente.

A população negra clama por políticas concretas, através dos diversos grupos e organizações que constituem o chamado Movimento Negro. E dois projetos fundamentais para a consolidação de políticas concretas, o projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de Lei que institui cotas para estudantes oriundos de escolas públicas (e dentro dessas as cotas para indígenas e negros) nas universidades federais, tramitam lentamente no Congresso Nacional. Embora a ministra Matilde Ribeiro esteja fazendo esforços para que esses projetos sejam apreciados, o núcleo duro do governo não parece de fato considerar a igualdade racial como prioridade; e o Congresso menos ainda, sobretudo na gestão do Deputado Severino Cavalcanti, em que o toma-lá-dá-cá tornou-se prática explícita.

No caso do Projeto de Estatuto da Igualdade a questão é grave, pois além do fato de que esse ele tramita há quase 10 anos, o principal problema para a sua colocação na pauta do Congresso é a proposta de criação de um Fundo para financiar as ações afirmativas. Setores do Governo, notadamente a “equipe econômica”, não vêem o Fundo com bons olhos. Os donos da chave do cofre ignoram que políticas de ação afirmativa (renda de cidadania, programas de acesso e permanência nas universidades, bolsas, financiamento cultural etc.) são, de fato, elementos fundamentais de uma política econômica concreta, que podem ter impactos sócio-econômicos muito positivos. Ignoram, também, que concentrar esforços para a população negra e indígena (metade da população) não é exatamente fazer política “focalizada”, mas é, de fato, tratar de redistribuição de renda e de recomposição social e racial de uma maneira mais democrática.

A lei que institui cotas nas universidades federais, embora seja muito polêmica, é menos complexa, pois, além de versar sobre um ponto específico, terá impacto menor no “equilíbrio fiscal”, mesmo sabendo que a política de cotas para ampliar o acesso para alguns grupos gera demandas no que diz à permanência. De qualquer forma, o projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais também tramita muito lentamente no Congresso. **Além disso, na segunda versão do anteprojeto de Reforma do Ensino Superior, apresentada em 30 de maio, não foram mantidos os artigos que instituem cotas nas universidades federais. O governo cedeu às pressões do conservadorismo da chamada “comunidade acadêmica”. Nos elogios da representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Gazzola, à nova versão do anteprojeto, ficou nítido que a cor da reforma é mais problemática que reforma.**

Está previsto para o próximo dia 30 de junho o início da Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, finalizando um processo de Conferências Municipais e Estaduais já foram realizadas por todo Brasil. O principal objetivo desse processo é produzir um plano nacional de promoção da igualdade racial. Ora, realizar uma conferência deste tipo no terceiro ano de governo sem que nenhuma política concreta tenha sido implementada é uma atitude que preocupa, pois as bandeiras e propostas do Movimento Social Negro e da Conferência Nacional de Combate ao Racismo, realizada em 2001 no Rio de Janeiro, já são suficientes para muitos mandatos.

O que falta ao governo é dar prioridade material ao tema da igualdade racial e colocar a mão na massa, pondo seus articuladores e ministérios a serviço da perspectiva de igualdade racial de fato. O Ano da Igualdade Racial, muito mais que o ano da Conferência Nacional de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, deve ser o ano da mobilização de recursos políticos e financeiros para aprovação dos projetos de lei de interesse da população negra e estabelecimento de programas de combate ao racismo e de acesso aos direitos em todos os ministérios. Pois, caso contrário, a população negra, na Marcha do Movimento Negro Zumbi+10, prevista para novembro, dará a resposta.